



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 29

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 02-03-2007

Aos dois dias do mês de Março de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, José Carlos Carvalho Pedroso, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sésnando Alves dos Reis, Júlio Vasconcelos Oliveira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, António Bastos Marques Rodrigues, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
António Manuel Carvalho Serra Granjeia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira (saiu às 24:00 horas) e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Manuel José Prior Pedreira Neves, Joaquim Manuel Silva Marques e Orlando Eduardo Silva Terra Seca, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, José Carlos Carvalho Pedroso e António Bastos Marques Rodrigues, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e José António Tavares Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Júlio Vasconcelos Oliveira.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva e Mário Manuel Borges Pereira Pinto, apresentaram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁶²

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁶³

“Esta Comunicação Escrita, como é habitual, procede a um relato sinóptico que de mais significativo se passou no município do dia um de Dezembro de dois mil e seis, ao dia trinta e um de Janeiro de dois mil e sete.

Foi atempadamente entregue aos senhores deputados e face à análise que cremos todos efectuaram, nós ficamos disponíveis para prestar as informações ou os esclarecimentos que entenderem por mais convenientes.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁶⁴

Vogal Carlos Candal (PS) ⁶⁵

(Entrou na sala o Vogal Carlos Eduardo Maria Martins)

Vogal Raúl Martins (PS) ⁶⁶

Vogal António Regala (PCP) ⁶⁷

Vogal João Barbosa (PS) ⁶⁸

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁹

“Na minha comunicação do dia 23 de Fevereiro, nesta Assembleia, foquei na área da Educação o que passo novamente a citar:

Tudo o que é da sua competência a Junta tem feito, relativamente às Escolas. Há uma que nos preocupa sobremaneira tendo sido já objectos de vários alertas para a Câmara Municipal, é a Escola da Quinta do Simão. Pelas características da população estudantil daquela escola não podemos esperar por uma atitude reivindicativa de uma associação de pais, temos de ser nós a estar vigilantes e naquela Escola há um refeitório onde chove e entram ratos, um portão sem segurança, um espaço de recreio desprovido de qualquer atractivo. Estas condições tornam muito difícil o esforço integração e inclusão que ali é feito.

Também aqui a Junta colaborou na criação de algumas condições de conforto na sala de aula fornecendo aquecedores. Há certos momentos nesta Assembleia, que as comunicações não tem qualquer tipo de resposta, dizendo que se responde na reunião seguinte, porque fazem parte da Comunicação do Presidente da Câmara.

O que foi por mim citado ao Diário de Aveiro, não foi mais do que acabei de dizer. Sobre este assunto, quero lembrar ainda o seguinte:

No dia 3 e 7 de Março de 2006, enviamos ofícios ao Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, alertando para esta situação; - não falamos directamente nesta questão dos ratos, está questão surge certamente por causa dos buracos existentes no refeitório. Não digo de maneira nenhuma que não é feita uma desratização à escola; só por dizer que se os buracos existem, os ratos entram como é lógico.

Em 10 de Abril de 2006, quando da reunião do Executivo Camarário na Junta de Freguesia de Esgueira, foi dada a conhecer a situação;

Nas várias reuniões que tivemos com o Sr. Vereador, focamos este problema, sugerindo que nos fosse cedido o material, dando a Junta a mão-de-obra, como tem acontecido em outras situações;

No dia 18 de Fevereiro de 2007, enviamos um e-mail lembrando a situação do espaço em que as crianças tomam as refeições;

No dia 23 de Fevereiro de 2007, o Agrupamento de Escolas de Esgueira, enviou um ofício dirigido ao Sr. Presidente da CMA, alertando para as condições do espaço a que chamam “refeitório” e que passo a citar: «Ex.mo Senhor Presidente da Câmara – Pedido de reparações e obras para dois jardins-de-infância do agrupamento.

Assim, no Jardim-de-infância da Quinta do Simão, funciona o serviço de almoços e no Jardim-de-infância de Esgueira.

Nestes dois estabelecimentos de ensino do pré-escolar, são necessários para dar continuidade a este serviço, algumas intervenções que assumem implicações diferentes em cada um dos casos.

Assim solicita-se a V/ Exa a melhor atenção para o seguinte:

- O refeitório da escola e jardim-de-infância da Quinta do Simão não tem condições mínimas de conforto para os alunos, uma vez, e de acordo com a época do ano, as crianças ou têm muito frio ou demasiado calor.

Embora esteja previsto que esta escola venha a ser desactivada, não se prevê para quando a concretização deste projecto.

Entretanto para minimizar os efeitos negativos desta situação, e pensando no bem-estar das crianças, seria de toda a conveniência que se efectuassem algumas reparações/obras de melhoramento.

De salientar que sendo a população desta escola muito carenciada e desmotivada, é importante investir na melhoria das condições que a escola lhes pode proporcionar.

É preciso cativa-los, fazer com que gostem de estar na escola; oferecer-lhes um espaço diferente das poucas condições do seu contexto de vida.

O espaço exterior deste estabelecimento de ensino é também muito pobre, não oferecendo às crianças que o frequentam o mínimo de condições nomeadamente a nível de equipamento lúdico, desportivo e outros que V/ Exa entenda oferecer a estas crianças».

Por último, recebemos do Agrupamento de Escolas de Esgueira, com conhecimento da CMA, um e-mail, reiterando tudo o que publicado por nós no Diário de Aveiro no dia 1 de Março, e passo a ler: «No seguimento de duas notícias publicadas no Diário de Aveiro nos dias 1 e 2 de Março, referentes à situação da escola a Quinta do Simão, cumpre-me reiterar o que foi publicado no dia 1 de Março, confirmando que o espaço do citado refeitório não apresenta as condições mínimas exigidas para se servir refeições a crianças.

Efectivamente tudo o que foi mencionado na primeira notícia se tem verificado, apesar de periodicamente ser feita a desratização, esta não impede que os ratos, lagartixas, entrem pelas fendas quer das paredes, quer do telhado do refeitório.

Para minimizar, quer este problema, quer de acordo com a época do ano, as crianças terem muito frio ou muito calor, têm sido feitos inúmeros pedidos de reparações deste estabelecimento de ensino à câmara municipal, sendo o ultimo datado de 23 de Fevereiro do corrente ano.

No dia anterior foi também enviado à câmara um fax, onde estavam expressos uma vez mais, vários pedidos relacionados com os restantes estabelecimentos de ensino deste agrupamento de escolas, dado

que até à data e apesar do conhecimento exaustivo das situações, todos os pedidos e necessidades têm sido ignorados.

De salientar todo o esforço e empenho demonstrado pela junta de freguesia na pessoa da sua presidente, e que de acordo com as suas possibilidades e limitações orçamentais, tudo tem feito para responder às solicitações do conselho executivo para que as escolas deste agrupamento possam ter melhores condições. Com os cumprimentos. Maria Armanda Diz».

Eu só estou a referir isto, face ao que o Senhor Vereador diz no diário de Aveiro de hoje.

Também gostava de recordar que o muro da Escola das Cardadeiras continua no mesmo estado que estava quando nós comunicámos. O muro está a cair e continua no mesmo estado.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Breves palavras, Sra. Presidente, mesmo muito breves, apenas para que conste do Diário das Actas desta Assembleia a satisfação, o contentamento e o justo aplauso dela e do País, despertado pela «levada e patriótica iniciativa do Executivo Municipal, tornada pública no passado dia 1 de Dezembro de 2006.

As festas comemorativas dos 367 anos da Restauração da Independência que em justa opinião constituem, decerto, minhas senhoras e senhores, um acontecimento de projecção universal, que, tanto pelo nosso passado, cheio de serviços à civilização e à humanidade, como pólo presente, cheio das realidades promissoras e auspiciosas que ele há-de condignamente atestar, deve continuar a ser motivo de legítimo desvanecimento e de justificada ufania para o povo português.

Sobretudo, Senhor Presidente, porque é na celebração desta data que o portuguesismo continua bem presente e vivo, ao contrário da opinião daqueles que persistem na evocação de ícones e símbolos vermelhos guiados pela cartilha anarco-revolucionária, esquecendo a beleza, profundidade e a glória do acto heróico de D. João IV que consagrou a alma portuguesa, onde quer que ela viva e seja qual for o corpo que a abrigue,

Esta comemoração continua a erguer de novo 1640, a data que viu o lusitanismo quebrar os grilhões duma escravidão injusta e impossível.

Face ao patriotismo e beleza desta efeméride, mal se conceberia que esta Câmara não a celebrasse!

Estou certo, porque assim não poderia deixar de ser - ou já Portugal não seria Portugal ou Aveiro não seria Aveiro e os portugueses não seriam todos a mesma gente – por que todos nós, onde quer que vivamos e onde quer que palpitem a alma portuguesa, nos havemos sempre de reunir e colaborar num esforço comum para que essa comemoração continue a ser a celebração de Portugal.

Creio interpretar os sentimentos da maioria deste Colégio municipal ao congratular a Câmara pela dignidade e elevação das cerimónias da Restauração da Independência

Idêntica congratulação devemos dirigir ao Executivo pela justíssima e digna homenagem rendida através da realização do jantar de boas vindas a S. Eminência, o Sr. Bispo D. António dos Santos.

Uma prova viva e um feliz exemplo da recepção e hospitalidade tipicamente aveirenses ao novo bispado, e de convicto reconhecimento da importância social e humana da Diocese de Aveiro no seio da comunidade local.

Uma outra palavra cumpre-nos endereçar a esta Câmara pela nova sua imagem de marca recentemente apresentada na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa.

Uma prova inequívoca da correcta interligação entre a modernidade e tradição aveirenses, tendo em vista o reforço da competitividade económica desta cidade e região central no universo nacional.

Creemos que esta marca é uma clara demonstração de como o “Marketing das Cidades” constituirá, no futuro, um factor e instrumento essencial para o desenvolvimento e crescimento, enquanto processo de gestão que é desenvolvido nas cidades para atender à satisfação das necessidades e desejos dos munícipes e organizações.

Somos, assim, da opinião de que Aveiro à semelhança de outras cidades modernas deve transformar-se em local excelente de promoção de novas estratégias, devendo diferenciar-se ao potenciar a sua competência produtiva.

Assim, a fonte da vantagem competitiva de Aveiro pode entender-se em três cenários:

1) transformar-se em local excelentes para conceitos, porque os inovadores podem aí florescer;

2) entrar em contacto com novas formas de pensar e encontrar apoio para transformar as suas ideias em novos negócios visíveis;

3) potenciar a sua competência produtiva, mantendo consistentemente altos standards de fabrico e uma mão-de-obra altamente qualificada, através do aproveitamento da produção científica e intelectual da sua Universidade.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹¹

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰¹²

Presidente da Mesa ⁰¹³

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰¹⁴

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) ⁰¹⁵

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁶

“Quero fazer aqui uma intervenção singela, curta, concisa, sobre porventura aquilo que desde há longo tempo é uma preocupação da humanidade; acerca de “ousia”. Já dizia Platão, preocupado com o ser e o tempo; e o que cada um faz ou não faz.

É pena não ter aqui o “Lusito” Dr. Miguel Fernandes, para que também pudesse assistir à sua “apousia” e porque é de apousia que de facto este edil nos tem presenteado. E eu não queria dizer (como o nosso deputado António Regala), que foi uma “confrangedora pobreza”. - Eu digo só “paupérrimo” - sejamos sincréticos, porque é disso que se trata. Isto é paupérrimo, isto é a ausência total de edilidade, do mesmo modo que comungamos das preocupações do meu camarada Carlos Candal, e mais, do técnico Arquitecto, que sonhava que Aveiro podia ser uma coisa diferente; e é a desgraça efectiva que está sem objecto, sem destino.

Esse destino, dos heróicos Lusitos inexistem!? É por isso que nós nos perturbamos e nos preocupamos, quando naquilo que é a realidade e o concretismo. Aquilo que é necessário fazer quando um autarca não tem respeito por outro autarca. Quando nós assistimos à saída da sala do Senhor Presidente da Câmara quando ouve as justas reivindicações da Presidente da Junta de Esgueira com uma realidade concerta; Saúde Pública, que atenta os problemas de saúde das nossas crianças, convenhamos: — isto não interessa para nada, e mais, ri-se o ministro das finanças da edilidade. Não é possível! Não podemos ficar sérios, porque em política é isso mesmo, temos que ser sérios, e não podemos falar de “ousia” porque o segredo oculto, a ocultação permanente que esta câmara faz entre todos os seus membros, TODOS, não é só para nenhum, não é só para a oposição; oculta e sonega aos seus próprios membros os elementos que devem dar informação e não dão. Não está correcto, isto não pode ir para lado nenhum.

E eu, como membro desta Assembleia, quando um Presidente de Câmara que recebe uma intimação para responder a questões objectivas envia para um adjunto qualquer que sonega e que depois, é inócuo, porque impreciso em tudo o que nos deve dar, convenhamos: nós estamos perante um caso de polícia verdadeiro. Andam todos a enganar-se uns aos outros, isto já não é uma “parousia” é uma verdadeira “apousia”.

Saibamos que - diria hoje António Damásio para o Dr. Miguel Fernandes: é uma questão de relacionamento do “him”, para o “it”, no sentido de realizarmos “ourselves”.

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰¹⁷

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰¹⁸

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰¹⁹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁰

“Eu gostaria de retomar a seriedade desta reunião, e da responsabilidade que é nós estarmos aqui. E gostaria de dizer que muitos têm criticado o relatório do Senhor Presidente da Câmara, e o relatório, se são estas onze folhas que nós temos aqui hoje presentes, foi por deliberação nossa, porque o resto está num CD. E por isso, se todos quiserem ver a actividade municipal, com mais minuciosidade, podem fazê-lo.

Este apanhado, é realmente o apanhado daquilo que foi, - na visão do Senhor Presidente da Câmara, o que se passou nos últimos dois meses, desde a última Assembleia Municipal.

Gostaria de enfatizar alguns dos aspectos, é que finalmente já temos obras na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Penso que é uma reivindicação de todos, quer aqueles que aqui a têm expressado, quer também, aqueles que não o manifestando, era uma desolação ver-mos a Avenida no estado em que estava. É claro que não vamos ficar contentes só por aquelas obras que se estão a realizar, é necessário uma intervenção de fundo na Avenida, e gostaria que essa intervenção de fundo, também fosse pensada, fosse feita. Sei que o Senhor Presidente da Câmara tem planos para a Avenida, e é importante que nós continuemos a pensar na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, como a nossa Avenida.

Gostaria também de realçar neste relatório, o facto do passivo estar a diminuir. O passivo diminuiu, oitocentos mil euros em dois meses. É uma diminuição de passivo considerável, mas que se dilui ainda no montante elevadíssimo de passivo que nós temos. E por isso, temos menos umas gotas de passivo, - passe a expressão, ainda continua a ser um passivo demasiado elevado, mas aquilo que se nota é que realmente esta preocupação da câmara, está já a tornar-se realidade, estamos a estancar aquilo que era um desregrado aumento de passivo que se tinha verificado nos últimos anos.

Por ultimo, gostaria de voltar a um tema, que introduzi na última assembleia municipal, e que diz respeito ao relatório da IGF. O relatório da IGF tem estado a originar incertezas neste município, incertezas nesta assembleia; tem estado a ser gerador de fontes de conflito, ao desenrolar da actividade municipal.

E lembrava, que apesar de nós todos termos apoiado a iniciativa de se realizar uma auditoria financeira à câmara municipal de Aveiro, essa auditoria foi de iniciativa da IGF. O que quer dizer que a IGF, não pode agora de um momento para o outro ignorar que foi a Inspeção Geral de Finanças, que criou esta instabilidade ao município de Aveiro. E por isso, queria que os meus colegas de Assembleia, secundassem a moção que disse que iríamos apresentar, e que passo a fazer exactamente neste momento, e a Senhora Presidente da Mesa, verá a melhor altura para a colocar a discussão e votação.

A moção é do seguinte teor: “MOÇÃO – Atendendo a que a Inspeção Geral de Finanças, tomou a iniciativa de proceder a uma auditoria financeira à Câmara Municipal de Aveiro e ao facto de que desde que foi dado a conhecer o relatório preliminar, e a apresentação do respectivo contraditório já passaram seis meses, a Assembleia Municipal de Aveiro propõe que seja indagado pela Presidência da Mesa, junto deste organismo do estado, qual a causa da demora da emissão do parecer final, e que indague se há data prevista para a sua apresentação, - dado que a sua falta tem originado incerteza, e situações de conflito, ao desenrolar da actividade municipal.»”

Presidente da Mesa ⁰²¹
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²²
Vogal António Rodrigues (PS) ⁰²³
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁴
Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁵
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁶
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²⁷
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁸
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²⁹
Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰³⁰
Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰³¹
Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰³²

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Quería começar por prestar um esclarecimento ao Dr. Candal, que tem a ver com o núcleo de arquitectos de Aveiro.

Dr. Candal: o núcleo de arquitectos de Aveiro é, digamos, que a instituição que representa a Ordem dos Arquitectos no Distrito de Aveiro; representa cerca de quatrocentos arquitectos.

Relativamente ao artigo do meu colega de direcção, devo dizer que é um artigo de opinião e não é subscrito pelos restantes elementos da direcção. De qualquer modo devo dizer-lhe que cerca de noventa por cento daquele texto eu poderia subscrevê-lo. A cidade não se faz num ano, a cidade faz-se em várias épocas. (Passando agora a uma outra questão).

Serve esta intervenção, para referir que a Câmara Municipal de Aveiro anda no pelotão da frente no que diz respeito aos tempos de resposta dados aos municípios, que requerem licenças de autorização administrativa, nos seus processos de obras.

O regime jurídico da urbanização e da edificação, prevê prazos apertados para as autarquias responderem aos requerentes, mas torna-se já tradição, que no grosso dos municípios, tais prazos não são respeitados, ficando muito aquém dos prazos legalmente previstos.

Pois bem: solicitei dados concertos sobre as performances da Câmara de Aveiro no que diz respeito a esta matéria e fiquei positivamente surpreendido.

O departamento de gestão urbanística e de obras particulares em dois mil e seis, apreciou quatrocentos e quarenta e quatro projectos de arquitectura, sendo que sessenta e seis por cento obtiveram resposta num período inferior a trinta dias. Os restantes trinta e quatro por cento, não obtiveram resposta tão imediata, porque maioritariamente estavam dependentes de consultas obrigatórias de entidades externas ao município, nomeadamente, serviço nacional de bombeiros, IPPAR, direcção de estradas, força aérea portuguesa, etc.

Dos seiscentos e noventa e cinco projectos de alterações apreciados, também em dois mil e seis, sessenta e nove por cento obtiveram resposta em prazo inferior a trinta dias, e os demais dependiam também de consultas externas.

Foram apreciados quarenta projectos de loteamento, que obtiveram respostas recorde, pese embora os constrangimentos administrativos mais exigentes e de demorados, porque maioritariamente carecem de publicação em Diário da Republica, e porque exigem inquérito publico, dilatando assim os prazos previstos.

No mesmo ano de dois mil e seis foram analisados quinhentos e setenta pedido de licença de utilização, e desses pedidos setenta e três por cento, obtiveram resposta em trinta dias.

Termino, enaltecendo o trabalho profícuo da gestão urbanística de obras particulares da Câmara Municipal de Aveiro, naturalmente pelo empenho, nomeadamente, dos seus técnicos e bem assim, do vereador do pelouro Eng.º Carlos Santos.

É importante dar-se nota do que de positivo se passa na Câmara Municipal de Aveiro. Seria importante também referir que muitos outros assuntos mereceriam ser enaltecidos, deste pelouro e dos demais.

Para o presente momento, e para não me alongar, termino dizendo: parabéns Senhor Presidente da Câmara, pelo trabalho incansável, inestimável, que o vosso executivo tem dedicado aos aveirenses.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰³⁴

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰³⁵

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰³⁶

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁸

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³⁹

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁴⁰

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁴¹

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴²

“Três ou quatro breves notas a esta comunicação do senhor presidente.

Basicamente não para falar no que nela diz, mas para falar no que nela devia ter dito. A saber: contas (auditoria); aparentemente há uma melhoria nas contas da câmara, - segundo dizem, regozijo-me com isso, e espero que isso permita que se vá pagando a alguns credores, que ainda esta semana tive ocasião de ter alguns lá o pé de mim, e disseram-me que bem celebraram os tais contratos de pagamento, mas estavam a dizer: - “já lá vão quatro prestações e ainda não vi nenhum; mas ao menos tenho um acordo de pagamento.” Mas, isso são coisas que obviamente não devem ser trazidas para aqui.

O que deve ser trazido para aqui é o problema da auditoria; - e da auditoria privada. Porque a auditoria privada, e também a outra porque não. A auditoria privada foi feita com um fim específico, do interesse desta câmara. A outra tem um fim diverso, - e “vocês” às vezes confundem essas coisas, pedem uns pareceres para uma coisa, depois mão é, é para a outra..., e depois metem sempre água; não! Os fins das auditorias são diversos, e o que foi aqui votado nesta câmara, - segundo ouvi dizer, porque não tenho a certeza, porque nada nos foi dito sobre isso, teria de apresentar no mínimo relatório preliminar em Outubro; se apresentou relatórios preliminares em Outubro é obvio que no mínimo sessenta dias depois, tinha de apresentar outro relatório, penso eu, - ao menos que eu tenha desaprendido muito estas coisas. Se há uma auditoria, relatórios de sessenta em sessenta dias. Nada temos! Mas vamos ter, porque em nome do meu grupo parlamentar, vamos remeter à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, um requerimento a solicitar que se digne officiar à Câmara Municipal de Aveiro, para que ela proceda à entrega de todos os documentos recebidos até ao momento, da empresa de auditoria que foi contratada para fazer o serviço que foi aprovado. – Se tiverem também da outra, também podem mandar os documentos, sendo certo que nos só o sabemos às vezes, por linhas travessas, mas isso são outras histórias que não interessa para aqui recordar. Quando a outros assuntos que eu queria falar, queria falar do Mercado Manuel Firmino. O Mercado Manuel Firmino é uma obra importante para a cidade, que foi entregue a este executivo quase pronta; aparentemente. Pelo menos de imagem externa estava quase pronto. Mas pelos vistos não arranca. Será que há assim tantas dificuldades em o fazer? Eu não sei, mas há dias, li num artigo de um jornal, uma pessoa que já desempenhou o cargo de vereador na área, que disse que (mais ou menos, não sei se foi bem assim, mas certamente que não me vai bater por causa disso): “aquilo só não está a funcionar por azelhice”, e que se fosse na mão dele “há muito que aquilo estava a funcionar”. Ora não está na mão dele, está na mão de

quem está, mas o que é certo é que não está a funcionar. Essa é que é a verdade absoluta. Porquê? Penso que isso é da competência do Senhor Engenheiro Carlos Santos, e penso que o que poderá estar (não sei se está, penso eu), a criar problemas, creio que são os estabelecimentos de venda de carnes, os talhos. Penso eu! Talvez seja a parte mais difícil, mas nisso o Senhor Engenheiro Carlos Santos em termos da obtenção de certificação comunitária, é especialista. E portanto, não faz muito sentido que aquilo ainda esteja assim, mas gostaria que o senhor presidente nos dissesse porque é, e se há alguma data prevista; assim mais ou menos uma data séria, porque eu não quero trazer aqui..., mais ou menos uma data séria, não uma data tão seria como por exemplo a do “ferryboat”, que eu desde que venho para aqui, com esta câmara, que ouço que é para o mês seguinte. Faz-me lembrar quando o general Henrique Galvão tomou o S.ta Maria quando ia para o Brasil, e que os passageiros perguntavam: então e quando é que vamos chegar ao Brasil? – Amanhã! Até baptizaram o navio que era S.ta Maria, baptizaram de S.ta Mañana, se se lembram; e portanto, o “ferryboat”, em vez de “Cal d’Aveiro”, vai passar a ser o “Cal d’Mañana”. Para amanhã é que é bom!

Mas já agora digam-nos, quer dizer, eu compreendo que haja muitos problemas com o “ferryboat”; compreendo que esta Câmara agiu mal, porque aquele assunto era um assunto a ser pegado a sério, e não foi pegado a sério, ou pelo menos seriamente.

Se houve erros do passado naquele sector, havia que resolver. E resolver encarando-os de frente; não é estar a dizer às gentes de S. Jacinto que anseiam pelo “ferryboat”, como nós ansiamos o pão ao fim do dia para a boca, e estar a brincar com eles; como está a gora na moda: “Diz que é uma espécie de brincadeira”; e que não deve ser, porque aquelas gentes são gentes sérias e honradas, e mereceriam muito melhor tratamento, por parte do “ferryboat”. Eu sei que é difícil, mas a câmara que diga assim: não é possível! E não é possível por isto, por isto, e por isto e por isto. Estamos aptes a estudar uma solução desse tipo; arranjar outra solução. Tem de se ir embora este “ferryboat” e vir outro? Tem de se comprar três “ferryboat’s”? Tem de se fazer quatro cais? Tem de se fazer assim, tem, de se fazer assado. Agora assim é que não é vida. Estamos ali, e perguntamos: então o “ferryboat”??? e ninguém diz nada. Diz: para o mês que vem! Então e...(?), - para o outro mês... (!). Eu lembro-me que no ano passado foi dado como data impreterível, Setembro. Setembro arranca, depois não foi Setembro, Outubro, Novembro..., agora já parece que é para Dezembro deste ano.

A terminar, quero deixar uma nota sobre as privatizações.

Esta câmara falou de privatizações. É um assunto que temos que falar todos. O Partido Socialista não é hermético em relação a essa matéria. Achamos que há coisas que podem ser privatizadas e coisas que não podem ser privatizadas; coisas que devem ser privatizadas; coisas que não poderão ser privatizadas, etc., etc. Mas, começaram logo pela ponta má, que foi pelo Teatro Aveirense; ou melhor, pela gestão do Teatro Aveirense, porque a privatização do Aveirense não haverá ninguém que se atreva, - penso eu, nesta cidade algum dia a propô-la, depois do trabalho que deu passa-lo para o município. Estamos a falar da privatização da gestão, penso eu. E estamos a falar também de algumas ideias desencontradas que vieram a público, e até de uma peregrina ideia de uma directora do teatro, que disse que ia propor um movimento cívico, contra a câmara.

Mas eu espero que esta câmara atente na ideia que lhe foi oferecida para a PDA: - que não pense em privatizar a PDA por um parto de lentilhas. A parte da PDA, se lhe incluirmos o estádio, pode ser uma das soluções para a resolução da grave crise financeira e da dívida da câmara aveirense. Não caiam, pensem que o futuro dos aveirenses depende das lucubrações que fizerem sobre essa matéria.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴³

“Gostava de colocar três questões que me preocupam e que são um bocadinho também a transmissão de vozes e preocupações que tenho sentido na cidade.

A primeira é sobre o funcionamento da Conservatória do Registo Predial. Efectivamente, todas as pessoas, todos os cidadãos que se dirigem a este departamento do Estado, verificam do mau funcionamento e das más condições de funcionamento dos serviços.

Quer o público, quer os trabalhadores, estão sem condições de funcionamento: talvez uma recomendação à Câmara e ao Senhor Presidente, no sentido de estabelecer algumas demarches no sentido de poder melhorar de alguma forma a prestação daquele serviço do Estado.

O segundo aspecto prendesse com a empresa de pesca de Aveiro junto ao edifício BOIA. Tivemos há bem pouco tempo a informação de inclusivamente de acidente mortal; nós sabemos que o problema está dependente da Direcção Geral do Património, também gostava de perguntar ao Senhor Presidente se tem alguma informação ou se tem algum adiantamento sobre o assunto?

Finalmente, e pedia a particular atenção para este aspecto, porque ele pode vir a tornar-se preocupante para Aveiro, que é, - e sabíamos que estava muito bem encaminhado a vinda (com o trabalho de todos e de muita gente que nós conhecemos) para Aveiro do Tribunal Administrativo e Fiscal e inclusivamente a criação de um Campus de Justiça em Aveiro.

Ora nós sabemos que o Governo tem estado novamente a inflectir profundamente o aspecto da regionalização e tem estado a defender algumas opções com base novamente nas famigeradas NUT's. E sabemos que efectivamente também, sobre esse aspecto, o mapa judicial do país está ou estão a tentar que ele se integre novamente nas NUT's. Isso pode querer dizer claramente que Aveiro poderá vir a perder pela janela, aquilo que entrou pela porta. Espero que não! De qualquer forma é como alerta que aqui o ponho porque seria muito mau para todos nós que isso pudesse vir a acontecer. É mais em alerta que o faço, e também no sentido de solicitar ao Senhor Presidente se tivesse alguma informação sobre o assunto de confirmação ou quase confirmação do assunto, deixar-nos-ia mais descansados.

Finalmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu queria deixar aqui uma palavra de apoio e de compromisso a este executivo.

Há muitos anos que conheço vossa excelência Senhor Presidente. Quase diria que o vi crescer, tantos são os anos que o acompanho na sua formação e na sua acção; persistente e corajoso, são dois atributos que alia à sagacidade e à ponderação.

As Grandes Opções do Plano e do Orçamento do corrente ano são disso prova. Quem fez da coragem e da ponderação a pedra angular das decisões para a gestão municipal no corrente ano, vai precisar da maior coragem para dar cobro a estas opções.

Por todo o país se vão apresentando propostas e tomando posições face à situação e existência de estruturas concelhias que são sorvedouros de meios e de trabalho, e de bens das autarquias, dos autarcas e da população em geral.

O Governo tem sido, quase diria pródigo na extinção de serviços, na alienação de património, no estabelecimento de parcerias — porque não dessa forma suprir dificuldades financeiras e económicas? Muitos municípios também o têm feito como já o referi.

Queremos dizer-lhe que aguardamos as propostas concretas para que se iniciem as medidas preconizadas nas grandes Opções do Plano para o corrente ano no município de Aveiro, pois estamos prontos a apoiar tudo o que o executivo entender fazer para que a situação económica e financeira da Câmara Municipal melhore.

Já há chavões colocados a correr; papões como a privatização, etc., etc. Mas isso não nos intimidará. Há que ter a coragem para expurgar e velar e tratar profundamente as feridas e o mal existente, pois só assim será possível criar corpos sãos, correitos e essenciais à sociedade.

Vá em frente Senhor Presidente. Avance! A realidade exige coragem da sua parte. Da nossa parte, como já referi, a certeza do apoio da defesa da solidariedade, que será sempre inequívoca da nossa parte.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰⁴⁴

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁴⁵

Presidente da Mesa ⁰⁴⁶

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁴⁷

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁴⁸

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰⁴⁹

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁰

“Venho aqui falar daquilo que acho que deve ser o essencial, e que para mim tem que partir da transparência, da eficiência e portanto, da economia de mercado.

E quando ouço falar que o PS é mais ou menos hermético em relação às privatizações..., (- está a dizer-me que não é nada hermético...); então só posso lamentar aquilo que se passou hoje, em termos de economia de mercado, porque foi o Partido Socialista, através do Governo que impediu que a economia de mercado funcionasse, através da Caixa Geral de Depósitos, impedindo a desblindagem dos estatutos da Portugal Telecom. É uma verdadeira vergonha e é a morte do mercado de capitais em Portugal. Tira toda a credibilidade ao mercado de capitais em Portugal.

E de transparência podemos continuar a falar se quisermos

E é portanto, com o mercado que eu quero funcionar; é com a economia de mercado. E eu quero que a economia de mercado em Aveiro funcione também.

La também conceder algum mérito à intervenção do Dr. Raúl Martins, porque irei parcialmente concordar com ela. Irei concordar, porque acho que a possível venda da PDA, não será propriamente no momento óptimo, se for feita já. – E era mais esta questão que eu queria levantar aqui. Queria levantar aqui que a economia de mercado funciona, e para que funcione há que ter “timing’s” correctos. Teremos instrumentos para usar, financeiros ou não, se quisermos garantir já o encaixe financeiro, mas no entanto penso que a economia de mercado funciona se vendermos quando o preço é alto e comprarmos quando o preço é baixo.

Portanto, se quisermos porventura aproveitar o facto de haver um IPO da Visabeira, que como sabemos é o parceiro estratégico; o IPO, é a entrada em bolsa das acções da Visabeira, - se quisermos aproveitar este facto que com certeza, eira valorizar e muito o “market value” da Visabeira, e por conseguinte também a da PDA, podemos perfeitamente esperar que a empresa vá pública, para aproveitar este facto, para capitalizar um pouco a possível privatização que aqui foi falada.

Mais, também aqui a nível ambiental podemos inserir a economia de mercado, utilizando princípios que já a teoria económica há muito divulgaram e falo da teoria e do princípio do poluidor pagador. Já falei aqui na minha última intervenção na anterior sessão das portagens sobre as cidades, e quero saber a opinião do Senhor Presidente sobre isto.

Queria também dizer-vos que a economia de mercado funciona quando estamos a falar de dívida. A dívida essa sim, verdadeiro problema desta câmara municipal e como vêm, a economia de mercado também tem a ver com ela; já há dois municípios pelo menos em Portugal fizeram uma notação de risco de crédito, das dívidas das respectivas autarquias, - falo de Cascais e de Lisboa. Penso que para a transparência será eventualmente um passo a dar, e outro passo ainda, se quisermos sim, que a economia de mercado funcione, e que funcione na sua transparência e saibamos aproveitá-la e também podemos titularizar essa dívida; as tais “municipal bonds” - obrigações municipais; uma ideia que já foi avançada pelo PSD, pelo

CDS, e penso que só poderá ser o caminho para de uma vez por todas podermos ter uma situação clarificada daquilo que é o passivo de uma autarquia. Não esta em particular: todas as autarquias. Só teremos que dinamizar um pouco o mercado de obrigações neste campo, e isso será um passo que o partido socialista terá que dar no governo se quiser.

E mais, titularizando a dívida será também um passo importante para estruturalmente resolver o problema que assola o nosso município. Eu não sou da opinião, - e estou a falar a título pessoal, não sou da opinião que a geração de receitas extraordinárias irrepêíveis possa ser a resolução do problema.

Para mim, a titularidade da dívida, a reestruturação da dívida é o passo a dar. E o passo a dar com certeza, tendo em conta aquilo que é a economia de mercado. Quanto é que vale a nossa dívida? Qual é o risco de crédito que realmente temos? Para isso temos que saber qual é o inventário? Temos de saber os resultados da auditoria? (- concordo consigo).

E é esta transparência que eu acredito que este executivo tem e terá no futuro, para que possamos definitivamente resolver estruturalmente o problema, - que como já disse, assola esta autarquia.

E é por aqui, como os senhores deputados poderão e puderam constatar, que através da economia de mercado, pude elucidá-los de como poderemos melhorar a eficiência, - pelo menos em termos económicos, de uma autarquia.

Como viram, não estaria a desviar-me do assunto ao qual me propus e para o qual fui eleito.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [651](#)

“Gostei particularmente daquilo, embora não concorde. Falou de economia de mercado e eu gostaria de perguntar ao senhor deputado, como é que encara as falhas de mercado (?), e como é que encara o problema do mercado da governança local (?); isto é, estaremos nós, quando a economia de mercado é aplicada à governança local, acha que temos nós neste momento condições de competição?

Poluidor pagador (também falou) e acha que se deve aplicar o custo a quem utiliza o bem?!

Uma pergunta muito simples: se o “ferryboat” for posto em funcionamento, acha que o custo do transporte de cada automóvel deve ser o custo real ou deve ser subsidiado? Ou aí já interessa que seja subsidiado.

Finalmente, gostaria que o senhor deputado, por quem tenho o maior respeito, penso que vinca precisamente, é a única pessoa que tem um discurso económico coerente desse lado de lá (não quero dizer da direita desta Assembleia), gostaria de perguntar se acha que é solução vender hoje os 51% da PDA, ou se acha que seria solução engrossar esses 51%, ir ao aumento do capital com activos que se têm, juntar-lhe os terrenos que tem à volta e então, quando efectivamente o “porco” estivesse engordado, vender então o porco. Na minha terra antes de se meter a faca ao porco, ceva-se primeiro o porco.

E eu acho que aquele é um negócio que se deve cevar. Porque do resultado daquele negócio, podem resultar vinte ou trinta milhões de contos que podem resolver em parte a dívida do município de Aveiro.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [652](#)

“Tenho todo o gosto em responder-lhe. Penso que as falhas de mercado existem, mas porventura serão menores que as falhas que existiam e que existem, quando a economia de mercado não é utilizada, e não é cumprida no seu esplendor. E digo-lhe mais, no exemplo que falou aqui, do “ferryboat”, concordo perfeitamente que os custos sociais devem ser englobados nesta economia de mercado. Faz parte da economia de mercado as tonalidades e os factores que devem ser subsidiados pelo estado, quando as instâncias não permitem a inclusão das

peçoas como merecem, numa economia, para que tenham todas a mesma oportunidade de reconhecer e serem reconhecidas em termos de mérito.

E digo-lhe mais, e quanto à última pergunta que fez. Eu já respondi, eu disse comprar no mínimo e vender no máximo. Se não quiser vender a PDA já, podemos comprar umas “put call’s” - porque não? Compramos umas “put-options” se não quisermos vender já. Compramos umas “call” se quisermos vender já, mas ficarmos com o direito de compra para mais tarde. Porque não?”

Vogal Ana Carla Macedo (PS) ⁰⁵³

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵⁴

Vogal Ana Carla Macedo (PS) ⁰⁵⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁶

“Vou tentar prestar os esclarecimentos possíveis.

O Dr. Carlos Candal não está, mas está certamente a ouvir. Nós estamos com um ano e quatro meses de mandato, faltam três anos e oito meses, faltam trinta e quatro meses para acabar o mandato — e uma novidade só o é uma vez, depois deixa de o ser imediatamente.

Portanto temos de ser parcios também nas novidades, para que possamos ter sempre novidades para ir apresentando — isto também é uma forma de se fazer política.

Em relação ao Senhor António Regala, e a passagem desnivelada de Esgueira, como sabem numa reunião pública que houve em Esgueira eu li um ofício da REFER em que apontavam uma data para o início das obras. Essa data está largamente ultrapassada e tem havido diversos contactos connosco e com a REFER no sentido de que a obra possa avançar.

Como sabe há ali dois problemas para ultrapassar; o primeiro problema é o desvio de cerca de vinte metros que aquela rotunda vai ter que ter, para permitir uma inclinação aceitável naquela via, e o segundo problema que tem surgido são os custos envolvidos com isso. Isso obriga a custos do município superiores a oitocentos mil euros mais IVA, essa correcção. Portanto, o que tem entravado esse processo é no essencial uma repartição de custos, que na nossa perspectiva nos parece mais do que ajustada e mais do que acertada para aquele problema.

Centro de Saúde de Cacia. É um problema que nós temos acompanhado, temos insistido; ainda há pouco tempo tivemos mais uma reunião com responsáveis dessa área, e seguiu mais um ofício a insistir, - uma situação que é preocupante, e que é grave.

Quanto às parcerias público privadas, que o senhor António Regala falou na última Assembleia, e vou voltar a repetir isto, porque parece que o discurso não passa: o Período de Antes da Ordem do Dia é apenas reservado a assuntos que não e incluam na Ordem do Dia. Portanto, as respostas, não é para fugir, - há respostas que nós passamos para esta Assembleia, mas é apenas por respeito a esta Assembleia, por respeito ao próprio regimento e pró respeito à própria lei.

Quanto a essas parcerias, queria relevar a posição de coerência que o deputado António Regala tem ao defender a posição que defende. Penso que dos últimos trinta e dois anos de regime democrático, essas tem sido a posição linear que o Partido Comunista tem defendido em relação a essa questão. E é importante também que tenha essa opinião; pelo menos permite que nós possamos reflectir e trazer para o problema, um conjunto de análises e reflexões que são importantes, para que a decisão a tomar seja a melhor de todas.

Mas essa não é a nossa opinião. Não é claramente a nossa opinião. Nós entendemos que entre o público e o privado, não há aquela divisão tão clara em que de um lado está o caos e a destruição e do outro lado está o paraíso e o oásis. Na nossa perspectiva não há essa separação. Aquilo que nós temos que fazer e procurar fazer, no interesse do município, no interesse de todos nós, é tentar otimizar aquilo que essas duas partes possam ter de bom e

junta-las e penso que essa será a melhor opção. E dizer-vos em termos finais em relação a esta problemática, o seguinte: tudo o que venha a acontecer nesta área, será sempre feito com a máxima transparência e abertura, sempre com o objectivo de defender o município e os munícipes e que todos estes assuntos, virão sempre, - como é evidente, quer ao executivo, quer à Assembleia Municipal, para os analisarem, para os discutirem e para os aprovar ou rejeitar. Dr. Miguel Fernandes, obrigado pelas palavras que teve em relação ao 1.º de Dezembro, à recepção ao Sr. Bispo, também em relação à marca Aveiro e pelas demais reflexões que nos trouxe.

Quanto ao Bairro de Santiago, temos vindo a acompanhar e ainda tivemos mais uma reunião esta semana sobre isso; toda aquela problemática imensa que ali se vive naquele bairro e em muitos outros bairros, e muitos outros espaços de habitação social que existem no nosso concelho. Só para vos dar uma ideia, a câmara de Aveiro é um senhorio dos valentes no nosso concelho; são cerca de seiscentas e cinquenta habitações que a câmara tem alugadas. Isso quer dizer que temos seiscentos e cinquenta inquilinos.

Nós em Santiago temos problemas gravíssimos, como são conhecidos; é o estado de degradação de muitas habitações, é o problema das rendas em atraso, que é um problema grave também, que vai crescendo e que vai tendo valores que são preocupantes. É também a questão na nossa perspectiva, da venda desses espaços onde estão agora os inquilinos e que estão alugados. A nossa perspectiva tem sido essa nas reuniões que temos tido, nós gostaríamos de transformar todos os inquilinos em senhorios, - esse é o nosso objectivo e pensamos que era importante para o concelho, para todos nós, criarmos essa perspectiva ou essa possibilidade. Inclusive, destacamos um técnico superior só com esse objectivo e com essa missão e com essa tarefa. É preciso agora ajustar toda a dinâmica que a câmara tem, toda a estrutura que a câmara tem montada é essa realidade, mas acreditamos que vai ser desenvolvido um bom trabalho e que as pessoas vão ser apoiadas. No fundo, estamos a falar de pessoas a quem não basta dizer assim: - pode comprar a sua habitação se quiser; porque a pessoa tem de ir depois ao banco, tem de se informar, tem de fazer contratos. É preciso um apoio muito mais forte, para que isso venha a acontecer, porque esse também é o nosso objectivo, e acreditamos que com esta filosofia, podemos ter dez a vinte por cento de casos resolvidos pelo menos neste mandato.

Dr. António Rodrigues, tentando apanhar-lhe o sentido; eu fico sensibilizado pelas suas referências constantes aos grandes vultos da história da filosofia, a quem nós todos devemos muito, especialmente a Platão que se deve sentir muito honrado com as referências constantes que vai tendo da parte do António Rodrigues.

Quanto à comunicação, - “o município está a sofrer uma evolução positiva”, de ridícula, passou a paupérrima, e agora já estará um bocadinho melhor; portanto, está a progredir, mas não há nada de novo nesta área.

Quanto à tal afirmação de que o “Apousia”, aos pedidos disse nada; eu penso que os serviços lhe facultaram os elementos que solicitou, pelo menos o meu despacho foi nesse sentido. Certamente que o Dr. António Rodrigues não estaria à espera que eu fosse à procura dos documentos, que fosse arquivar os documentos; juntar os documentos, entregar os documentos. O despacho foi nesse sentido. Agora quando nós pedimos alguns documentos, também temos de ter a noção dos documentos que pedimos. Se eu pedir ao município de Aveiro, em relação ao processo do ex-Centro de Saúde Mental, que me faculte a copia das escrituras feitas há setenta anos, de doação das pessoas, ou de venda das pessoas à PSP, esses documentos não estão em posse da câmara como é evidente. A câmara não os tem para disponibilizar. Se eu pedir ao município de Aveiro, cópia da correspondência havida entre uma outra autarquia e a direcção geral do património. O município não tem os documentos para facultar. É assim! O técnico só lhe pode dar aquilo que lhe sendo pedido dispõe, e que haja um despacho nesse sentido.

Mas em relação ao ex-Centro de Saúde Mental deixe-me dizer-lhe o seguinte: - nesse processo todo, e naturalmente é um desafio que aqui fica, das buscas todas que vai fazer e que espero que faça e que aprofunde naturalmente, peço-lhe o seguinte, comece por central a sua atenção num pequeno pormenor, ou num ofício que penso que lhe terá sido entregue, um ofício da câmara, que a câmara mandou para a direcção geral do património já no final do projecto e que penso que é claro. E nesse ofício há qualquer coisa parecida com isto, e estou a ajudá-lo para depois não perder muito mais tempo; qualquer coisa parecida com este exemplo: nós dois acertámos um negócio, encontramos-nos muitas vezes, falamos muitas vezes e acertamos um negócio. Nesse negócio, eu tinha-lhe emprestado em tempo uma bicicleta que tinha minha, - e o Sr. Dr. andava com a minha bicicleta; e a dada altura em conversa informal fizemos o seguinte negócio: eu perguntava-lhe a minha casa e a minha bicicleta e o Sr. Dr. dava-me a sua casa de campo. Fizemos esse acordo, essa permuta, falámos com a família, com os amigos, conversámos com toda a gente, e ao fim de três ou quatro anos, estava tudo consumado. Estamos todos de acordo, apertamos a mão, - está tudo em ordem. Vamos consumir o negócio. Passado pouco tempo, eu escrevia-lhe uma carta a dizer assim: - Caro Amigo Dr. António Rodrigues, dava-lhe uma lição de ética, uma página inteira, como convém nessas alturas, quando se vai dizer o contrário, primeiro vem essa questão da ética, e no fim acabava assim: - Face a isto vamos então concretizar o nosso negócio, vamos firmá-lo, vamos fazer a troca. Só que com um pequeno pormenor, dizia eu: eu não lhe vou dar a minha casa; só lhe vou dar a minha bicicleta!?

Agora transporte este exemplo para o caso concreto, troque onde diz “a minha casa” ponha “armazéns gerais”; onde diz “a minha bicicleta” ponha “um terreno pequeno, lateral, que estava a ser ocupado pela DGV” e onde estava “casa de campo” ponha o “ex-Centro de Saúde Mental” e percebe aí nesse momento porque é que a Câmara continuou a dizer não.

O processo não avançou não foi por culpa da Câmara, porque a Câmara queria que avançasse; continuou a manifestar interesse. Percebe porque é que a Direcção Geral do Património nem sequer respondeu a esse ofício, e percebe por que é que um processo que andou aqui aprovado pela Câmara, pela Assembleia Municipal, pelo Tribunal Constitucional, por toda a gente; no final de todas as aprovações acabou da forma que acabou. Comece por aí, e depois podemos conversar; ganhará muito tempo para perceber o assunto.

Prof. Manuel António obrigado pela reflexão que produziu, mas essencialmente pela sensatez que trouxe aqui aos trabalhos; e pela análise que desenvolveu em relação processo da inspecção que decorreu aqui e cujo relatório tem o atraso desmesurado e incompreensível.

Arquitecto Paulo Anes: licenciamento de obras. Este é outro trabalho que no silêncio temos vindo a desenvolver e a concretizar. E estamos a reduzir muito o tempo de espera que os cidadãos tinham no nosso concelho. E vamos reduzir mais; ainda não estamos satisfeitos. Ainda estamos muito longe de estar satisfeitos. Esse tempo há-de ser reduzido e continuamos na busca de outras formas de respeitar mais os cidadãos. E penso que a equipa toda que está nas obras particulares lideradas pelo Eng.º Carlos Santos, tem sido notáveis nessa procura, nessa busca e nessa possibilidade de se facilitar a vida aos cidadãos. Será apenas isto uma repartição pública? Eu acho que é mais do que isso! “Política” diz o Dr. Carlos Candal; eu diria assim: redução do tempo de espera para os cidadãos; celeridade nos processos para que os cidadãos não estejam à espera. Esta é a nossa política, não é a do discurso, não é a do falar muito é apenas de, no concreto, de facilitar e agilizar os procedimentos para que os cidadãos tenham melhor qualidade de vida.

Dr. Jorge Nascimento obrigado também pelas palavras que nos trouxe, pela análise produzida.

Dr. Raúl Martins, há aqui assunto que são com o Dr. Pedro e com o Eng.º Carlos Santos, mas em relação ao “ferryboat”, queria dizer que já concluímos com todas as entidades aquilo que tínhamos que concluir para que o processo pudesse avançar. Também ultrapassamos as questões financeiras, como por certo depreendem até pelos custos envolvidos, o maior

obstáculo que encontramos. Está tudo acertado, concluído, para que sejam retomados os trabalhos com muita brevidade. E apontamos como objectivo, e acreditamos que isso se vai concretizar, - que os compromissos assumidos por todas as entidades vão nesse sentido, que neste verão é grande desejo de todos nós que já possa estar a funcionar o “ferryboat”. Paralelamente a isto, a MOVEAVEIRO, como é seu dever está a tratar de questões laterais: colocação de abrigos, a bilheteira, licenciamento, controle de viaturas, passageiros; e acreditamos que S. Jacinto, depois do ano passado ter vive um momento especial, - com a bandeira azul e a bandeira de praia acessível, - um momento muito especial, poderá este ano viver novamente com outro momento especial com o “ferryboat”.

Quanto à questão das promessas, e em relação a isto, da minha parte, eu fiz uma promessa quando houve uma reunião pública de câmara em S. Jacinto, - e está ali o Sr. Presidente da Junta que assistiu, e terá sido em Junho de dois mil e seis, e a promessa feita publicamente foi, não para amanhã, nem para o mês seguinte, nem para daqui a três meses; a promessa feita foi para dois mil e sete o “ferryboat” irá funcionar. Foi aquilo que foi dito.

Rocha Almeida, três ou quatro questões sérias e importantes: conservatória do registo predial. É um drama, é um problema que se vive na nossa cidade. Nós temos procurado junto do ministério da justiça, sensibiliza-los para essa questão e inclusive no âmbito do próprio processo do Tribunal Administrativo e Fiscal, solicitámos que fosse incluído também nesse edifício, uma segunda conservatória do registo predial. É uma urgência que se sente diariamente aqui no nosso concelho.

Edifício da EPA, é também uma situação que tem preocupado, nomeadamente pelos mais recentes acontecimentos. Temos cumprido com a nossa obrigação, que é sensibilizar o proprietário do drama que ali está. Esta semana já cá veio uma pessoa da direcção geral de património para uma primeira conversa; já está marcada uma audiência em Lisboa, para uma segunda conversa, e acreditamos que as coisas se irão resolver da forma que todos nós desejamos.

Quanto ao Campus da Justiça em Aveiro; nos contactos que têm existido, há fortes compromissos da parte do ministério da justiça, na sua concretização. Juntando a isso, a unidade que existe no nosso município em torno deste assunto, eu acredito que juntando as coisas, irá ser uma realidade.

Lateralmente colocou também aqui uma questão importantíssima. A questão das NUT's III, que é uma nova divisão administrativa que está a ser feita no país, de forma discreta, de forma encoberta, de forma a que ninguém dá por ela, e tudo o que vai surgindo, inclusive no próprio Quadro de Referencia Estratégica Nacional (QREN), já é em função desta divisão, das NUT's III. Como sabem as NUT's III reduzem significativamente a área e o peso político e social que o Distrito de Aveiro tem. E era certamente um assunto que poderíamos reflectir e analisar que é interessantíssimo e que é importante. E gostaria que a Assembleia pudesse reflectir sobre isso, para não sermos apanhados de surpresa. Como sabem as NUT's é Nomenclatura de Unidade Territorial, e foram criadas apenas com objectivo de sistematizar a recolha de dados estatísticos, apenas para isso. O país foi dividido de uma forma que estatisticamente seria mais ajustado e funcionou com esse objectivo. A determinada altura começou a servir para tudo e inclusive no próprio campus da justiça. A questão que se coloca já é que possa vir a existir um Tribunal com uma abrangência de Baixo Vouga, a tal NUT III. Por último, obrigado pelas palavras de coragem que nos transmitiu.

Em relação ao Carlos Valente, queria elogiar o sentimento e a afectividade, que colocou na sua comunicação e também ao Dr. Carlos Martins.”

Vereador Carlos Santos ⁶²

“Creio que a Assembleia Municipal é o espaço certo, para falarmos uns com os outros, para trocarmos informações e é isso que eu procurarei também fazer.

Reporto-me agora às intervenções do Deputado António Regala e Miguel Fernandes, sobre o problema da falta de aderência do piso da rotunda da policlínica para o túnel da estação. É sabido que houve ali uns acidentes, é sabido que nós já melhorámos essa rotunda, já aplicámos umas bandas cromáticas de redução de velocidade, já melhorámos isso. Nós agora contratualizámos a aplicação de uma camada de mistura betuminosa, na rotunda e no ramo descendente e prevê-se que no final do mês tenhamos essa questão resolvida.

O Deputado Miguel Fernandes levantou a questão das comissões arbitrais municipais. Já é sabido que a câmara na sua reunião de vinte e cinco de Setembro, designou o Director do DPGOM como representante da câmara municipal de Aveiro. É sabido que a câmara oficiou a ordem dos advogados, a ordem dos engenheiros, a ordem dos arquitectos e a direcção de finanças de Aveiro, para designarem os seus representantes na comissão. Até à data, só a ordem dos advogados e dos engenheiros é que responderam. Faltam responder duas entidades, que já foram contactadas para indicar os seus representantes. Por outro lado, a plataforma de integração on-line que garante as comunicações entre os municípios e os técnicos, também ainda não se encontram operacionais, no entanto, é sabido que já chegaram alguns requerimentos de interessados com vista a determinação do nível de conservação do local, e conforme está previsto na lei, até à concretização da comissão, e a sua entrada em pleno funcionamento, a Câmara garantirá a partir de Março, com o seu quadro técnico e as respectivas vistorias.

Quer a senhora Presidente de Junta, quer o António Regala, quer vários municípios, têm levantado uma questão, que é uma questão muito importante que é a iluminação da parte nova da estação; que é uma zona perigosa, haviam ali alguns assaltos, e convinha melhorar aquilo. Essa obra não era uma obra nossa, na nossa responsabilidade, mas é evidente que nós recebemos uma informação, em que nos dizem que por forma a dar andamento/resolução, ao processo de ligação da iluminação pública do interface da nova estação de Aveiro, sanando as questões ainda pendentes informa-se que será realizada na próxima segunda feira dia cinco de Março a partir das nove e trinta a reunião com todas as entidades, para acertar esta situação.

Gostava de falar-vos agora um pouco sobre o problema dos buracos, questão que foi aqui levantada quer pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, - que falou no roteiros dos buracos, também a Senhora Deputada Ana Maria Seiça Neves e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira, também falou no estado miserável e na degradação dos pavimentos.

Eu gostaria de dizer que achei particularmente, “as tintas muito carregadas”, da minha amiga Dr.a Ana Maria Seiça Neves. Creio que não é por falta de vontade ou de trabalhos, que não resolvemos esse problema dos pavimentos. O mau estado dos pisos, dos arruamentos do concelho não é de agora já tem anos, e todos sabemos que a resposta ideal, seria a pavimentação integral. Novos pisos novos pavimentos. Só que falta o principal. Neste momento não temos o principal para resolver esse problema; e todos sabemos que a resposta ideal seria essa e não o enchimento de buracos como estamos a fazer. Por razões óbvias e até agora praticamente só temos procedido à manutenção dos pisos e aí não temos estado mal.

Desde que informados, os senhores presidentes da junta informam-nos das situações; tem colaborado connosco; muitos municípios também. Os nossos serviços actuam rapidamente e procuram melhorar os pisos. Não aplicar pavimentos novos, mas sim usar argamassas betuminosas a frio, para resolver essas questões. Na nossa perspectiva, é melhor usar o método de tapar buracos, a fechar os olhos e não agir. Nós estamos atentos a isso e procuramos cair em cima.

Eu gostava de vos colocar a par de algumas beneficiações que temos vindo a realizar em diversos locais da cidade, referentes não só aos pavimentos, mas também ao embelezamento de

espaços verdes: estamos a intervir no Parque Infante D. Pedro na Glória, cortámos ramos, plantámos arbustos, plantas herbáceas, limpeza geral de canteiros e flores.

No separador lateral ao viaduto da cento e nove, rotunda das Glicínias (Glória), com a criação do novo espaço verde. Nós estamos a trabalhar, no separador de Santiago, Glória, em frente ao Restaurante “o Inglês”; iniciamos a colocação de terra vegetal, para futura colocação de árvores, espaço verde com rega. Estamos a trabalhar, no separador lateral do Centro Cultural e de Congressos. Estamos a mexer; o tempo não dá...; vamos por a cidade que nem um brinco, vamos por isto bonito. Temos fé nisso!

Na rotunda, no separador central da estação e separador da Alameda Vera Cruz, futuro espaço verde com a presença de árvores. Vamos fazer isso.

No separador envolvente à N109 – Guarda-fiscal, Santa Joana. Estamos a limpar o terreno, estamos a melhorar. Vamos plantar, vamos fazer sementeiras; fizemos também uma intervenção no separador da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, e Rua Dr. Alberto Souto (Vera Cruz); retirámos os cepos das árvores, - creio que já viram, estavam lá umas crateras autenticamente. Os pavimentos já foram arrançados.

Nós, temos essa fé, - nós vamos por as rotundas na cidade bonitas, arrançadas, com umas flores, com uns espaços verdes, vamos por isso bonito, e queremos, desejamos, que em todas as freguesias aconteça o mesmo.

Gostava de vos falar agora um pouco sobre o mercado Manuel Firmino; - “eu não sei nada de mercados”. Eu não sei nada de mercados, mas eu às vezes lembro-me disto: sabem que eu fui fundador da Agro-Vouga; eu durante treze anos fui secretário-geral da Agro-Vouga. Há dias vi ai no jornal que eu não percebia nada de feiras, - eu dou isso de barato, eu não quero saber mais do que sei; eu já sei o suficiente sobre feiras e não quero saber mais.

Agora gostaria de vos dizer que, o Presidente da Junta, o João Barbosa, fala sobre o Mercado Manuel Firmino de uma forma diferente que outros senhores deputados falaram. E porque é que ele fala de forma diferente? Porque ele vai muitas vezes à Câmara e porque ele sabe o trabalho que se tem tido para tentar abrir o mercado, sem ferir susceptibilidades. Com as pessoas de acordo, com as pessoas sem grandes ondas, sem grandes confusões.

Eu tenho que vos dizer que o início do funcionamento do mercado, está para muito breve. E porque é que está para muito breve? Porque já está totalmente equipado; porque as instalações já foram vistoriadas e já têm alvará de utilização. Porque a maioria dos lojistas já têm os projectos de especialidade aprovados, e já foram informados que podem começar as obras. Porque os detentores das bancas e dos quiosques se estão a começar a instalar.

Direi mesmo que a curto prazo, se irá concretizar a instalação de todos os que desejaram e que acreditam que este vai ser um grande mercado.

Os senhores, todos nós, - o mercado é de todos nós; todos nós vamos ser convidados para a inauguração. Não vai haver corte de fita, o executivo não tem tesoura, e o senhor presidente também não gosta de cortar fitas. Nós não vamos cortar fitas! Mas vamos dar uma volta pelo mercado e vamos abri-lo.

Não façamos do mercado Manuel Firmino, uma arma de arremesso. Quem trabalhou antes fez tudo par ao abrir o mais depressa possível; quem está a trabalhar agora, faz tudo para o tentar abrir o mais depressa possível. Eu creio que ele vai abrir com a situação estabilizada, e com tudo estabilizado.

Eu vou deixar-vos com umas imagens do mercado, umas imagens actuais, para vocês verem que o mercado está impecavelmente equipado; fomos nós que o equipamos, e creio que o mercado está um belo mercado.”

Vereador Miguel Capão Filipe ⁵⁵⁵

“Em relação ao curso de salicultura tradicional aveirense, queria agradecer as palavras que referiram a positividade deste projecto. De facto é um projecto integrado no INTERREG, e que

faz parte das acções de modo geral, de preservar e de valorizar a nossa identidade e o nosso património, que é o sal. Tivemos algumas dezenas de participantes, está a decorrer e vai até Julho de dois mil e sete, e sobretudo, - quem se inscreveu, vai adquirir conhecimentos ao nível da nossa salicultura tradicional, quer especificamente na arte de limpar e reconstruir uma marinha, e em relação a todo o processo de produção do sal marinho artesanal aveirense.

Foi aqui dito que eventualmente só haveria a participação de seniores, mas confirmo que não só ocorreram a inscrição de seniores, como de juniores, como de juvenis. Isto é, felizmente temos um escalão etário diversificado inscrito, e cujo nível de escolaridade também varia e inclusivamente temos licenciados inscritos, e com vontade deste tipo de aprendizagem.

Em relação ao Centro de Saúde de Cacia, o senhor presidente já aqui se referiu, mas gostaria ainda de especificar em relação ao problema concreto, não só à qualificação em que todos estivemos e estamos interessados no que diz respeito às instalações físicas, mas para todos compreendermos o que aconteceu é: porque é que falta esse médico na extensão de saúde Cacia? Havia lá um medico, com mil e quinhentos utentes, e entretanto havia uma unidade de saúde familiar a ser implementada em Coimbra, e uma estrutura que se chamar Administração regional de Saúde do Centro, considerou prioritário, que se algum medico algures em qualquer sítio dissesse: eu quero ir para a USF neste caso concreto, de Coimbra, a RS Centro, em vez obviamente de autorizar esta transferência, mas com condição “sine qua non”, assegurando que quando aquele medico fosse transferido da unidade de Cacia para essa USF na região de Coimbra, que isso ocorresse após a sua substituição, não, considerou politicamente relevante e prioritário descalçar os mil e quinhentos utentes de Cacia, para instalar esta politica nova e relevante da unidade de saúde familiar na zona de Coimbra.

É um procedimento com o qual não concordamos, porque haveria que estabelecer prioridades, e portanto haveria que esta carteira de mil e quinhentos doentes não ficarem sem a presença do seu médico de família, e isso teria que ser assegurado, tal não aconteceu, agora depende da contratação de outro médico, que vá substituir o que entretanto teve guia de marcha para esta USF.

Dos nossos contactos, sabemos todo um empenhamento do Centro de Saúde Aveiro, e designadamente na pessoa do seu director Dr. João Terrível, para colmatar esta ausência de recursos humanos. Mas aqui, o relevante e não podemos deixar de lamentar, é a atitude da ARS Centro, com o seu escalonamento de prioridades e como pode isto acontecer. Mas não nos admira este comportamento da ARS Centro; com sabemos, tivemos aqui um debate relevante para a saúde de Aveiro e dos Aveirenses, e foi esta mesma entidade que se escudou ao debate em sede deste órgão máximo que é a Assembleia Municipal de Aveiro, e não esteve aqui presente nesse mesmo debate. Embora esta entidade seja recente, até me faz ter alguma admiração por ela, porque ainda recentemente vimos o senhor ministro da saúde, quando lhe colocaram a questão nesta renovação da rede de urgências, - se manteria a existência de duas urgências polivalentes em Coimbra, a resposta textual e publica, foi - “mas está a ver algum ministro da saúde, inclusive eu próprio, a desqualificar alguma das unidades de urgência polivalentes de Coimbra? Por amor de Deus! - Não me faça essa pergunta.”

Por consequência, não há dúvida que a ARS Centro, deverá ter algum peso, um peso tão nítido que inclusivamente torna tímido o titular do cargo, o Senhor Ministro da Saúde.

A propósito desta mesma circunstancia, de referir que como sabemos a proposta de rede de urgências encontra-se em fase final de implementação, para nós e como é publico, não foram tidas em conta, quer aquilo que este município oficiou e que seria a requalificação da urgência do hospital de Aveiro em medico cirúrgica, para polivalente, bem como em relação ao distrito de Aveiro, como é publicamente conhecido, prevê o encerramento de cinco urgências, inclusivamente o hospital de Estarreja, com a qual situação estivemos solidários, até pela nossa freguesia de S. Jacinto. Portanto, verificamos que esta proposta quase final mantém lacunas fundamentais que poderão implicar erros graves na sua aplicação e no serviço de

saúde a prestar em Aveiro e em toda a sua região. Mantemos aqui o grande desafio, que o serviço de urgência do hospital de Aveiro, deve ser requalificado em serviço de urgência polivalente e é isso que continuaremos a insistir e nessa mesma expectativa.

Em relação ao Museu de Requeixo também agradecemos as palavras aqui referidas. Intervimos sobretudo em dois sectores, na requalificação do próprio edifício; a casa precisava de obras e de intervenções urgentes, nomeadamente ao nível do telhado, bem como a nível de recursos humanos não estava efectivado; o recurso humano que entretanto servia o Museu de Requeixo, e conseguimos já fazer, e daí termos proporcionado a sua reabertura. E daí, mais do que assumirmos a questão da obra física e do recurso humano, também em relação à estratégia que temos em curso da rede Museus da Cidade, que como nós sabemos é um conceito de Museu polinucleado, num desenvolvimento de uma política museológica do município, em complementaridade a todos os níveis, e integração de todos os espaços, este museu de Requeixo faz parte, da rede de museus da cidade, e com esse estatuto vai funcionar em rede com todas as outras estruturas museológicas.

A Praça de Lazer de S. Roque (obra POLIS); de facto está em manutenção, no entanto mantém-se aberto para uso de lazer, designadamente pedonal, civilístico, etc., e prevê-se a sua conclusão dentro de algumas semanas. Teve que ser feita uma manutenção de fundo, com a correcção de alguns locais onde há acumulação de água, e pensamos que poderemos resolver a médio prazo as circunstâncias que ocorreram até aqui, e cuja manutenção levou a que não tivesse êxito.

Chegarmos à fase de portagens em Aveiro, é uma questão que não se deve colocar; a nossa aposta integrada no desenvolvimento sustentável que desejamos é de facto diminuir o uso do automóvel particular e incentivar como sabemos, o circuito pedonal, o uso da bicicleta, a intermodalidade, o transporte público de qualidade; e julgamos que indo por esta via e não pela via da portagem, que pelo menos nesta fase e por muitos e bons anos, e boas décadas, que Aveiro não necessite dessa medida tão drástica e por consequência quase que podemos garantir, que todos nós em consciência colectiva, formos por este caminho, que nunca se colocará a questão, não diria da portagem, mas no nosso caso da “aveiragem”.

Por ultimo, e em relação *àquilo que o Senhor Presidente aqui referiu, deixem-me também partilhar a preocupação da neo-regionalização que está em curso pela parte do governo da administração de Lisboa, - governo do partido socialista; de facto é notória esta pseudo regionalização ou neo-regionalização. Temos serviços, - como foi aqui referido, na área da justiça mas também se fala na área das finanças, no fim da Sub-região de saúde, do centro regional de segurança social. E faço aqui um apelo a todos os aveirenses e designadamente a esta câmara parlamentar, que temos que tomar atitudes. Em relação a mim, estou perfeitamente solidário com esta mesma circunstância, e tanto mais é admirável que como nós sabemos em noventa e oito ou noventa e nove ocorreu um referendo em Portugal, e desse referendo designadamente na segunda questão em que foi perguntado directamente aos aveirenses, se concordavam que fosse colocado em funcionamento (era a segunda pergunta desse mesmo referendo), que a região correspondia mais ou menos aos limites da CCRD, os aveirenses e é uma questão de se consultar os resultados desse mesmo referendo, responderam “NÃO” por maioria absoluta. E se noutras matérias foi necessário um referendo para alterar, o “não” para o “sim”, não compreendemos como é que este mesmo governo, inicia uma pseudo regionalização, centrada quer nas NUT's III quer nos critérios da CCRD, quando nós aveirenses por referendo em noventa e oito, noventa e nove, dissemos claramente não ao funcionamento em Aveiro dessa zona geográfica. E por consequência, até por aí é lamentável o que está a ser feito encapuçadamente.”

Vereador Jorge Greno ⁶⁵²

“Relativamente às questões que foram postas dos meus pelouros, o Senhor António Regala referiu-se a um problema com o relvado do Estádio Municipal. Sabe que a minha formação em gestão de empresas, leva-me a que tenha que procurar soluções para os problemas que surgem. Houve jogo; o jogo decorreu normalmente. Houve uma solução para um problema que surgiu. Quanto à questão que o Senhor Deputado sobre se já tinha efectuado o pagamento em quem tinha efectuado o serviço? – Como em qualquer empresa, quando for entregue o documento necessário para ser processado contabilisticamente, será efectuado o pagamento. Agora fazer o pagamento sem papéis, não faz parte daquilo que eu entendo que qualquer empresa pública ou privada deva fazer.

Relativamente à marca Aveiro. Em primeiro lugar, referir que é um trabalho dos serviços da câmara, todo resolvido internamente. Penso que consensualmente agradável, e o que está à vista é a primeira fase de um trabalho que permitirá criar depois outras sub-marcas para a cultura, para o desporto, mas tendo sempre como base esta primeira imagem.

A pasta que vos foi distribuída foi a documentação que nós levámos para a nossa participação na Bolsa de Turismo de Lisboa. É um documento dirigido a profissionais; o termo MICE é o termo internacional, é o termo que era usado, porque entretanto após a BTL houve o congresso da ICCA, que é a Associação Internacional de Congressos (e agora vou-vos falar em grego), foi em Rodhes, e neste Congresso já foi decidido mudar o nome MICE, - que é um nome internacionalmente aceite, para “Meeting’s Industry”: industria das convenções e dos encontros. Portanto, isto são terminologias técnicas, terminologias internacionais, e esta brochura não é para ser distribuída a não técnicos; foi distribuída aos Senhores Deputados, como foi distribuído aos Senhores Vereadores e à imprensa, para vos mostrar os trabalhos que nós estamos a fazer. Penso que o mais importante deste trabalho é que pela primeira vez temos um documento, que mostra a todos as salas municipais que temos disponíveis, porque era uma coisa que ninguém sabia; que salas tínhamos, com que características.

Para futuro o que se pretende e nós temos tido várias reuniões com os hotéis, fazer uma próxima edição ou uma adenda, e adicionar a este documento as salas dos hotéis. Porque a promoção é uma promoção integrada. Estamos a tentar colaborar com os hotéis numa série de situações: o que se passou na animação do “Dia dos Namorados”, na animação do Carnaval, resulta da colaboração da Câmara com os hoteleiros e há aqui muita vontade de trabalhar em comum, na promoção de Aveiro.

Este trabalho, é um trabalho por Aveiro, e por tudo aquilo que Aveiro tem: os clubes desportivos, a associação comercial, há uma série de salas disponíveis na cidade, e que julgo que a maior parte de nós não tem conhecimento.

Esse é o trabalho que tem vindo a ser feito, e nós sabemos que a aposta no turismo de negócios que foi feita pela câmara em colaboração com a Rota da Luz, porque a participação na BTL a Rota da Luz não promoveu o truísmo de negócios; entendeu que como a câmara ia com o turismo de negócios, não devia haver concorrência à colaboração. Nós temos cerca de setenta por cento dos turistas que visitam a região, e os congressos naturalmente serão noventa ou noventa e cinco por cento feitos em Aveiro. Nós entendemos que é uma primeira forma de promoção, porque o turismo de negócios (congressos, feiras), normalmente são pessoas de um nível sócio económico médio/alto, normalmente trazem acompanhantes, normalmente fazem despesa, e que depois há um passa palavra e um regressar para conhecer. Portanto, é este o objectivo que se pretende, naturalmente também não queremos limitar isto ao concelho de Aveiro, porque quem visita Aveiro gosta de ir ver as casinhas da Costa Nova ou o Museu da Vista Alegre. Portanto, isto é um trabalho integrado.

Isto leva-me também a referir a questão das NUT’s; - é lamentável este processo, por exemplo, porque vai impedir em termos de Turismo a promoção da Ria de Aveiro, porque Mira está fora. Eu até poderia admitir que pudesse haver aqui algum tipo de novas normas para a

regionalização, mas ao menos que corrija o que está mal, porque acho que Mira para turismo, temos o caso da SIMRIA, tem todo o nexa que Mira faça parte da NUT, porque senão vamos fazer uma promoção até Vagos; Mira depois há-de fazer a promoçãozinha na parte que lhe corresponde. Isto, acho que não tem lógica, são regras ditadas por quem não conhece algumas realidades locais, e que tem que ter o bom censo de ouvir aquilo que os operadores locais conhecem.

Por ultimo, e relativamente a uma questão posta pelo Deputado António Regala quanto à venda do estádio: - se a imobiliária quiser avançar com certeza; se alguém quiser comprar o estádio, passe o cheque! Avante.”

Vereador Pedro Ferreira [66](#)

“Respondendo às questões me dizem directamente respeito, começo pelas questões que foram colocadas na passada sexta feira.

O senhor presidente João Barbosa, colocou a questão dos passes das juntas de freguesia; - aquilo que foi adoptado, foi que os passes das juntas de freguesia fossem enquadrados da mesma forma que os passes da terceira idade. Portanto, foi uma aproximação de valores.

Obviamente, e isso eu queria transmitir: - todos os passes da MOVEAVEIRO são subsidiados. Se a Junta quiser contribuir ainda mais, socialmente, tem sempre essa possibilidade e pagar uma parte do passe; é uma opção em termos sociais da junta.

Em relação à questão colocada pela Senhora Presidente da Junta Romana Fragateiro, na semana passada, e voltou agora a colocá-la. Devo dizer-lhe que gostei da explanação, acho que esteve bem; é professora e tem essa mais valia de saber transmitir as suas ideias.

Em tudo transmitiu, e eu tenho aqui alguns dados, - transmitiu todas as coisas que se passaram obviamente que há sempre alguns lapsos, nós não nos recordamos de tudo e não temos o conhecimento de tudo.

Mas dois lapsos que eu considero relevantes para a consideração daquilo que disse. O primeiro lapso, foi, existiu sempre, e existe um canal aberto a vereação e as juntas de freguesia. É obrigação nossa haver esse canal aberto. Tenho pena e isso foi uma opção política sua, que tenha decidido fazer essa explicação aqui nesta Assembleia. É uma opção sua.

Mas, já não compreendo, porque é habito e é costume, a câmara municipal responder a questões, e como o senhor presidente falou, - responder a questões sobre Aveiro, na comunicação do Senhor Presidente, portanto, tal como eu estou a fazer hoje, era essa a pretensão de fazer aqui. Tenho pena que tenha ido falar para os jornais; também foi uma opção política sua.

Em relação à questão em concreto, já sabe que foi feita uma desratização. Obviamente que o problema pelos vistos continua a subsistir e nós pretendemos obviamente actuar. Aquela escola em concreto, obviamente que é umas das escolas que está previsto desaparecer na Carta Educativa, mas tudo faremos para que tenha as condições possíveis, para as crianças terem aulas. Espero para a semana, poder marcar uma reunião com a senhora presidente do agrupamento, para nós resolvermos a questão o mais rápido possível.

Questões colocadas hoje.

Deputado Pires da Rosa, a questão do aterro. Eu respondo porque pertencço ao Concelho de Administração da ERSUC, em representação do município. O aterro está previsto encerrar no final de dois mil e nove, dois mil e dez; é o que está no contrato de exploração, e o tempo previsto útil, de vida, é esse. Há duas questões que eu queria transmitir: - obviamente que houve uma alteração de política governamental e a opção é pelo tratamento mecânico biológico, e portanto, só encerrará, - e por isso é que se fala em dois mil e nove, dois mil e dez, com a construção da unidade de tratamento mecânico-biológica.

Em relação aos maus cheiros, eles foram mais intensos nos últimos meses devido a uma questão específica que é o seguinte: - aquela lixeira, antiga lixeira, e já uma das células do

aterro estão a ser, vão ser utilizadas para exploração de electricidade. Ou seja, aproveitar o metano que tem no aterro, para explorara electricidade. E como houve necessidade de construir as chaminés para se efectuar depois a queima do gás, houve uma fuga de gás que provoca o mau cheiro.

Portanto, isso, entre Março e Abril, estará concluída a selagem e portanto, deixará de cheirar, - pelo menos essas duas células. Obviamente que ainda há uma aberta e portanto continuará a ter algum cheiro.

Houve a questão das auditorias colocada pelo Prof. Manuel António, e pelo Dr. Raúl Martins. Eu numa outra sessão tinha falado numa auditoria interna. A auditoria interna, não foi nosso compromisso trazer aqui o preliminar. Mas aquilo que a auditoria interna está a concluir, é uma coisa que eu acho que é deveras importante para a autarquia, que é a questão do controle interno e dos procedimentos internos. Acho que isso é muito importante, para a definição, e inclusivamente para a questão das obras particulares e de funcionamento no futuro, em termos de organigrama da câmara. E é isso que eu vos queria transmitir, ela está dentro do prazo e no final de Março em princípio, - se nada acontecer, julgo que teremos aí os dados. Mas vez o requerimento, e assim que ele chegar nós faremos chegar as informações solicitadas.

Em relação à redução do passivo, também foi colocada pelos dois curiosamente: - infelizmente, aquilo que vos tenho a dizer é que, na minha perspectiva ainda é conjuntural, não é estrutural, nós ainda não conseguimos ter superávites mensais, estamos a trabalhar para isso mas, queria deixar-vos este alerta, porque eu tenho sempre revelado aquilo que penso em relação às contas. Em relação à privatização TA, PDA, etc.

TA: - o trabalho ainda não foi concluído em relação à passagem para o município. Ainda há alguns sócios extra município do Teatro Aveirense.

Em relação ao PDA, eu queria dizer o seguinte (duas coisas): primeira, concordo em absoluto da ideia de que se deve comprar pelo mínimo possível e vender pelo máximo possível. Acho que todos aqui concordamos com isso, - e queria que o senhor deputado não tomasse isto como uma crítica pessoal, mas uma atenção para o futuro.

Em relação ao parto de lentilhas; - a câmara no executivo socialista vendeu quarenta e nove por cento da sociedade por setecentos e cinquenta mil euros. Nós, - e é só isto que digo, nunca falámos em vender cinquenta e um por cento da sociedade. E em relação ao prato de lentilhas, também dizer que neste momento, não há a maioria do accionista privado mas ele pode vetar e condicionar tudo. Isso é o que está definido, portanto, é como se tivesse maioria de capital.

Em relação à questão colocada pelo Deputado Carlos Martins, dizer-vos algumas coisas: - falou da titularização da dívida, da reestruturação da dívida, emissão de obrigações, etc., etc.; tudo isso é pensado, temos uma lei, e havia alguns indicadores que a lei iria mudar e poder dar algumas abertura na questão de podermos lançar títulos e obrigações. A verdade é que a nova lei das finanças locais ainda é mais restrita. E portanto, a lei cada vez mais, está a apertar os municípios. Eu acho que é de facto uma discussão interessante, podemos falar sobre isso, mas dizer-vos que acho que fizeram bem a lei, porque condiciona muito as coisas, mas mais uma vez tenho de vos dizer: quem estava mal, não saiu em nada beneficiado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶¹

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁶²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁶³

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁶⁴

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁶⁵

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰⁶⁶

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁶⁷

“Em primeiro queria agradecer, - agradecer... é uma obrigação, mas de qualquer das maneiras fica sempre bem agradecer, ao Eng. Carlos Santos, a exposição que fez sobre os buracos na cidade. Devo dizer-lhe que se calhar, afinal, não fiz uma pintura tão cinzenta, se calhar merecia umas cores um bocadinho piores. Mas pronto está a aproximar-se a Primavera, e vamos pensar todos que isto vai começar a ficar tudo mais clarinho. De qualquer das maneiras já vou com uma ideia do que é que pensam fazer.

Só queria fazer uma breve consideração sobre aquilo que disse o Senhor Deputado Rocha Almeida, e fico muito satisfeita, de continuarem muito preocupados com o tribunal tributário. Nós continuamos também muito preocupados, mas muito confiantes porque há muitas declarações públicas e acho que já chega. Acho que já é altura das pessoas aceitarem que o ministro já falou claramente que ia instalar de novo cá em Aveiro o tribunal tributário.

O Senhor Presidente da Câmara já o disse; já foi dito em vários organismos, mas parece-me que continuam a duvidar. Toda a gente acha que é importante e necessário, todos nós comungamos dessa ideia, mas quanto ao restante campus da justiça, isso é um assunto que para mim ainda não está muito claro, mas com certeza que o acompanharemos e que o Senhor Presidente da Câmara nos irá dar conhecimento e talvez depois institucionalmente poderemos fazer de outra maneira.

Agora, o que eu acho fantástico e permitam-me eu dizer assim, é que ainda bem que estão todos tão atentos e tão preocupados com o tribunal tributário, mas nós todos teríamos agradecido, que essa atenção se tivesse feito na altura quando toda a gente alertou para a saída do tribunal tributário. Eu não gosto de estar a falar no passado, mas todas as vezes que estamos aqui na assembleia falamos do passado. Volto a dizer: - se na altura se tivesse tomado outra posição e todos juntos tivéssemos feito, mais alguma coisa, e não andar alguns organismos, uns a fazer e outros a reboque, se calhar hoje continuávamos a ter aqui o tribunal tributário.

Quanto às NUT's e quanto ao mapa judiciário, provavelmente vamos falar disso cá alguma vez; o distrito de Aveiro está dividido judicialmente, porque há uma parte do distrito que pertence ao Porto, outra parte pertence a Coimbra. Não me parece para já que Aveiro vá ficar assim tão desagregado, ou perca a sua importância. Vai ficar é com uma organização diferente, em que os tribunais funcionaram provavelmente de outra maneira. De qualquer das maneiras nós estamos atentos e a Aveiro não queremos tirar a importância que tem.

Seja qual for a cor política que esteja, em primeiro lugar para nós (nós, bancada do partido socialista), estão de facto os interesses de Aveiro, e portanto cá estaremos para também darmos a nossa opinião, e quando for para dizer que não, também dizemos não.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁶⁸

“Uma primeira nota para falar das NUT's e da tal alegada processo que está a ser feito contra as populações. O problema é que não é contra as populações; o problema é que nós temos que respeitar posições assumidas, em diversos municípios que pertenciam ao nosso distrito e que optaram por pertencer a outras área metropolitanas. Esse é o drama! Se queremos ser sérios, não podemos dizer que se está a fazer uma nova divisão do território, à revelia das populações. Vamos ver o que é que escolheu a Assembleia Municipal de Espinho e outras, e não se pode obriga-las a pertencer à mesma área, como é óbvio. Aliás já acontecia e nomeadamente, a minha colega de bancada Ana Maria Seiça Neves, dizia relativamente à justiça: - então nunca ninguém se insurgiu no passado, metade do distrito pertencia ao norte e metade ao sul; na CCR já não existia a mesma coisa? Por amor de Deus, temos de ser sérios em política e a discutir essas coisas.

Talvez - e aqui fica a nota: se nós tivéssemos uma boa governança em Aveiro, talvez atraíssemos para ao pé de nós, outros que assim pretenderam juntar-se a outras paragens. Essa é que é a verdade e que incomoda.

Relativamente ao Mercado Manuel Firmino: Senhor Eng.º Carlos Santos, fez-me recordar aquela ideia de que temos todas as condições para salvar o mundo, só falta salva-lo. Está tudo muito lindo, está tudo muito pronto, muito lindo; - ó Sr. Eng.º vamos lá, vamos abrir o mercado. Todos pretendemos abrir o mercado, - vamos lá, mais um esforçozinho, para ver se é rapidamente.

“Ferry-boat”. Pareceu-me entender, assim por meias palavras, mas não quero que as pessoas fiquem agarradas a coisas que não disseram, mas pareceu-me entender pelas palavras do Sr. Presidente, que provavelmente iremos ter “ferry-boat” para o verão. Eu não o quero amarrar a essa coisa, mas foi o que eu entendi. Mas também me pareceu entender, que o projecto ou o processo que vinha do passado vai ser cumprido na íntegra: - é verdade?

Dr. Pedro Ferreira digo-lhe com alguma simpatia que venho a gostar daquilo que diz, porque tem dito aqui coisas de forma séria e eu gosto das pessoas que são sérias. Nem sempre dizemos as coisas que se gosta; - temos de dizer as coisas como elas são. E quando as pessoas me dizem aquilo que penso e naturalmente no seu caso, é sério, - eu gosto do que me diz, porque está a ser sério nesta Assembleia e está a dizer a verdade, não está a escamotear a verdade. E o Senhor disse uma coisa fundamental, que é: - que a diminuição da dívida é conjuntural e não estrutural.

E eu louvo-o por isso. Outros diriam, não, isto está a correr muito bem. – E esse alerta é muito bom, para nem todas as pessoas embandeirarem em arco, porque o senhor Vereador Pedro Ferreira, com estas ajudas da sua bancada, que diz, que a dívida está a diminuir, e esta a correr bem e não sei quantas mais, na segunda-feira chega à Câmara e tem lá mais trinta credores à porta, e o senhor tem de lhe explicar que a final não é bem assim. É ou não é verdade senhor vereador? É a verdade, nua e crua! E portanto, é preciso ter muito cuidado mesmo quando queremos ajudar a Câmara e naturalmente as bancadas do PSD e do CDS estão aqui para dar o seu apoio activo e solidário à Câmara, mas não podem embandeirar em arco porque as coisas de facto não estão tão boas. Porque se estivessem havia uma coisa que o senhor vereador Pedro Ferreira fazia, se houvesse assim alguma possibilidade, era arranjar ao menos uns tostõezitos para ao menos as estradas, arranja-las, até porque as estradas é como os passeios: sai uma pedrita, depois sai outra e sai outra; quando são três é fácil de as pôr; às tantas está lá um buraco e é preciso andarem lá os homens a fazerem calçada durante não sei quantas semanas. E é urgente que a Câmara dê aí um jeito; - se calhar em zonas que até pertencem a juntas que suportam politicamente a Câmara.

Para terminar pergunto: se estão a pensar em alienar rapidamente a PDA?

E lembro a esta Câmara, que o facto de no passado se ter vendido e se ter feito o que se fez - se ter vendido por pouco e de se ter feito o que se fez - isso não valida que hoje se faça a mesma coisa.

Isto é, erros nunca validam erros. E hoje pese embora todas as “golden shares” (como diria o Carlos Martins) que existem, e todos os acordos sociais e para-sociais que existem, a empresa, ainda é uma empresa municipal — detida maioritariamente pela Câmara.

E penso - e queria que me respondessem se estão a pensar nisso ou não? Porque há que dar uma volta àquilo. Porque de facto parece-me ser a única empresa que pode ajudar a Câmara a resolver o seu problema financeiro, sobre pena de estarmos a roubar os munícipes.

Era para saber se estão a pensar fazer de imediato essa privatização ou se aguardarão para um futuro próximo?”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁶⁹

“Eu queria referir-me às palavras do Sr. Vereador Jorge Greno, relativamente à questão que foi colocada na última reunião desta sessão, à questão que eu coloquei da venda do estádio. E é porque eu não gostei da maneira como se referiu a isso, em tom irónico, - “arranjem o cheque”. Vai-me perdoar, até dá a ideia que como é uma empresa falida, podemos perfeitamente ficar com ela, e podemos é despachar aquilo que é lucrativo. É a ideia com que eu fiquei.

É que a questão do estádio, - nós não dissemos “vamos vender o estádio”. Nós dissemos que estávamos dispostos e estamos, e não é uma questão minha, é uma questão colectiva, nossa. Portanto, quando dizem aqui: - cuidado que estás contra aquilo que se defende, não tenham tanta presunção; nós estamos abertos a discutir esta questão, e colectivamente, não nos pomos de lado. Porque a questão que tem a ver com o estádio, há determinados pressupostos, que de facto não o incluem com um equipamento polivalente. E eu já o disse aqui na última reunião: é de utilização só de uma colectividade, em detrimento de outros agentes desportivos, ou de outros agentes só de futebol. Portanto, de certa maneira é contraditório, contra aquilo que são os interesses públicos de certa maneira, e por outro lado, há uma outra questão, é de certa maneira quase um esbanjar permanente de dinheiro, através da sua manutenção brutal.

Houve a construção do estádio, - foi votada por nós todos aqui na Assembleia Municipal; podemos considerar na análise que fizemos dessa situação, que é um erro a continuação da manutenção do estádio. Nós se considerarmos que fizemos um erro, que estamos a alimentar um erro, temos que o emendar, temos quedar a mão à palmatória.

Esta é a questão, pela qual nós estamos dispostos a equacionar a situação da venda do estádio e isso que fique bem claro. Não é uma questão de privatização de um equipamento público, de utilidade pública e polivalente.

Outra questão, foi uma questão que não foi respondida, e eu aqui não gostava de a deixar ficar para trás, porque não me responderam mais uma vez. Eu perguntei na última sessão, se o executivo pensava fazer as comemorações do 25 de Abril ou não (?), para que não seja acusado como no ano passado, de não levantar a questão, eu volto a questionar: - se pensam ou não, em fazer comemorações do 25 de Abril?”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁶⁷⁰

“Deputado António Regala, queria começar por lhe responder; esqueci-me das suas perguntas e agora lembrei-me que tinha duas questões: o valor das facturas em conferência (?); - de facto como sabe este relatório ainda é de passagem do ano, e esta altura há certas situações, isto é um caso específico - o valor das facturas em conferência deve ser o mínimo possível.

Em relação ao aumento dos outros credores (?), é um caso específico, os “outros credores”, é uma rubrica muito específica e não tenho aqui quais são as entidades, mas posso-lhe fazer chegar.

Deputado João Barbosa, acho melhor não responder à situação do sentimento.

Deputado Jorge Afonso: auditoria - cento e cinquenta mil euros.

Deputado Raúl Martins, obrigado pelo elogio (se era uma elogio). De facto eu disse que é estrutural. Mas é melhor ter havido uma redução do que ter havido um aumento. Mas de facto também se deve ao facto de ser início do ano e como é o início do ano há sempre menos compras. É bom e era muito bom, e estamos a trabalhar para isso, que de facto não hajam défices mensais. Eu já disse muitas vezes que o grande problema da Câmara não é tanto a dívida, é de facto os custos de estrutura que ela tem — e são muito complicados, e é muito complicado conseguir reduzi-los.

A questão da PDA e da venda de património. Achei interessante a intervenção do deputado Regala, que já é a favor da venda de um grande património que a Câmara tem que é o estádio! Que se calhar é uma venda complicada, mas é uma venda de património. Não é muito compreensível ao Partido Comunista defender essa posição, mas ainda bem que pensam assim. Mas em relação ao PDA há aqui dois enquadramentos. Um essencial, que é este: a nova lei das finanças locais determina duas coisas diferentes. Primeiro, e fruto também das condições da Câmara, a capacidade de endividamento é complicado para o investimento que aquela empresa tem que fazer, e segundo é a questão da reposição no exercício seguinte dos prejuízos que qualquer uma das empresas municipais têm. Portanto, todas as empresas, como eu já o disse diversas vezes, nós temos de pensar porque nós não podemos, a Câmara não tem capacidade. Já sabemos como é que a Câmara está para estar todos os anos a repor os prejuízos que todas têm. Muito é fruto da questão social do seu trabalho. Tudo isso está a ser equacionado, portanto, eu acho que na altura certa e esperamos contar com a colaboração de todos e ainda bem que o Partido Comunista se mostra disponível para discutir a questão do estádio, e era bom na altura que o estádio tivesse sido enquadrado na PDA. Era bom. Todos nós aqui concordámos com isso na altura.”

Vereador Jorge Greno [071](#)

Vereador Miguel Capão Filipe [072](#)

Vereador Carlos Santos [073](#)

Presidente da Câmara [074](#)

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 09 de Março (6.ª feira) pelas 20:30 horas. [075](#)

Eram 01:30 horas do dia 03 de Março de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)